

Assim, não

Josaphat Marinho

Jornais e comentaristas, com o anúncio do plano "Avança, Brasil", abriram espaço à mudança de rumos do governo federal. Mesmo sem expressar confiança, manifestaram nova expectativa. Corroborou para essa atitude a declaração enfática do presidente da República no sentido, também, da unidade do governo. Estabelecido e publicado o plano de ação e superada a crise ministerial ocorrida, a administração integrada agiria como um todo. Ninguém mais, como parcela do poder, emitiria opinião individual em prejuízo do crédito do organismo instituído. O simbolismo do poder parecia restaurada, a disciplina, revigorada.

De repente, o diretor-geral da Agência Nacional de Petróleo defendeu o aumento do preço da gasolina. Esclareceu que era "uma opinião pessoal, e não de governo". Mas asseverou que "gasolina barata é um tiro no pé", "é prejudicial às contas públicas". De pronto, o ministro das Minas e Energia rebateu, lembrando

que o presidente havia afirmado "que não haverá aumento de preços até o fim do ano, a menos que ocorra uma alta fantástica". Cumpriu o ministro seu papel, pois, em verdade, fora noticiada palavra do presidente da República nessa orientação.

O problema é que autoridade qualificada do setor de petróleo faz afirmativa geradora de incerteza e suscetível de produzir efeitos danosos à população. Sabe-se, notoriamente, que aumento de preços de derivado de petróleo acarreta elevação de valores em cadeia. Todos os bens e salários são atingidos por essa majoração, a partir dos meios de transporte. Mesmo contestada a assertiva, a opinião favorável a aumento, originária de órgão responsável do setor, cria a impressão de que a medida é objeto de estudo ou de consideração. A ressalva de "uma alta fantástica" soa como um risco presumido. O efeito psicológico é pernicioso ao sentimento coletivo.

Maior é a inconveniência, por-

que há questões sociais diversas e acumuladas. Relatório recente do Banco Mundial menciona o crescimento da pobreza. Segundo salientou a *Folha de S. Paulo* (16.9), "os que vivem com menos de US\$ 1 por dia" passaram "de 1,2 bilhão em 87 para 1,5 bilhão hoje". Tratando diretamente da situação no Brasil, o mesmo jornal informou (20.9) que a "desigualdade aumenta entre os mais ricos e os mais pobres da Grande S. Paulo". Trouxe a mesma notícia *O Estado de S. Paulo* (29.9). Se outras pesquisas forem feitas, não será diverso o resultado nas demais capitais e regiões metropolitanas. Diante do desequilíbrio geral, o próprio FMI despertou, e seu diretor-gerente acaba de confessar que "a extensão da pobreza ainda presente ao final de um século de prosperidade é intolerável."

Entre nós, em que a maioria da população é reconcididamente pobre, e com grande número de excluídos, a visão dos problemas sociais precisa ser mais nítida. Quanto à economia do petróleo,

por exemplo, não há de ser preponderante o objetivo de lucro. Como riqueza nacional, o petróleo deve ser fonte de bem-estar do povo. Não é justo extraí-lo do subsolo, num país de população pobre, para dar-lhe fins capitalistas. Os que sofrem com as restrições econômicas, com o desemprego e a insuficiência dos serviços essenciais, não entenderão seu infortúnio se virem poderosas de recursos as organizações ligadas ao Estado. Os desamparados carregam seu sofrimento com tolerância, enquanto se lhes entreabre uma fresta de esperança.

O atual governo perdeu grandemente o apoio popular pela deficiência de seus programas no campo social. Ou o plano "Avança, Brasil" entremostra uma nesga próxima de reversão desse quadro, ou o governo perde, de todo, o apreço público, o que não convém ao país.

■ Josaphat Marinho, ex-senador, é professor emérito da Universidade de Brasília e da Universidade Federal da Bahia e diretor da Faculdade de Direito da Upis